DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.

CNPJ 62.464.904/0001-25

COMPANHIA ABERTA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e público em geral

Estamos apresentando o relatório com o resumo das principais atividades realizadas pela Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. no exercício de 2005, em conjunto com as demonstrações financeiras que, além de atender aos dispositivos legais, são importantes para mostrar à sociedade o desempenho e as realizações da Companhia.

O exercício de 2005 foi caracterizado pelos trabalhos de licenciamento do trecho Sul do Rodoanel Mario Covas. No ano aumentou o volume de tráfego registrado no trecho Oeste do Rodoanel Mario Covas, atingindo cerca de 398 mil acessos por dia. Na área de operações, a Dersa realizou melhorias na conservação e manutenção de rodovias, tendo sido novamente colocada entre as dez melhores do país, segundo pesquisa realizada pela CNT - Confederação Nacional dos Transportes de 2005. Nas travessias litorâneas foram introduzidas inovações que elevaram o padrão de conforto e segurança para pedestres e motoristas. O Porto de São Sebastião teve sua ampliação efetivada.

Houve a assinatura de protocolo de intenções entre o Governo do Estado e a Prefeitura de São Paulo para a implantação de corredores viários de conexão com as principais rodovias estaduais, dentre os quais ganham notoriedade o Complexo Jacu-Pêssego, as Marginais Pinheiros e Tietê e a Avenida dos Bandeirantes.

1. Rodoanel Mario Covas

O trecho Oeste, entregue ao tráfego em 2002, no ano de 2005, recebeu as seguintes obras complementares e intervenções que merecem destaque:

- Iluminação dos trevos da Castello Branco, Padroeira e Raposo Tavares;
- Implantação de três passarelas metálicas – Febem, Altair Martins (Raposo Tavares) e Padroeira;
- Serviços de correção de processo erosivo e adequação do sistema de drenagem junto ao emboque Ithayê;
- Obras e serviços no pátio de depósito de materiais da sub-prefeitura de Perus;
- Implantação de cercas de fechamento no Parque das Nascentes – Cotia/SP e no Parque Estadual do Jaraguá;
- Serviços de remoção controlada, tratamento e destinação final do solo do acidente da Petrobrás – Big Bag;
- Reconfiguração geométrica da alça da SP 330 - Anhangüera e resinalização das demais alças de acesso e decesso em vários pontos da rodovia, tendo como resultado o aumento da segurança;
- Implantação de duas para três faixas no acesso à SP 280 - Castello Branco, visando o aumento da fluidez;
- Obras e serviços de recapeamento da Avenida Raimundo Pereira de Magalhães e Fiorelli Peccicacco;
- Implantação de sinalização vertical, horizontal, semafórica e controle de tráfego na Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, parte da Rua Ernesto Bottoni, Praça Ten. José Alberto Peccicacco, Avenida Fiorelli Peccicacco até a Rua Júlio Oliveira;
- Implantação de defensas metálicas para proteção da rede de posteamento de iluminação nas vias das interseções;
- Correção de erosão e reconformação de talude junto ao córrego da Aldeia;
- Implantação de dispositivos por meio de caixa de contenção para armazenamento de cargas perigosas (líquidas) em 4 pontos;
- Pavimentação de acesso ao Recanto dos Idosos, situado junto à alça do Rodoanel com a Via Anhangüera;
- Elaboração de Plano de Ação de Emergência e Programa de Gerenciamento de Riscos para atendimento a acidentes no transporte de produtos perigosos e
- Aquisição de veículos em atendimento ao convênio com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e Dersa.

O reassentamento de 1.089 famílias foi concluído em 06 de dezembro de 2004.

1.1. Trecho Sul

O trecho Sul do Rodoanel vem recebendo tratamento com ações integradas e sistemáticas com a finalidade de tornar-se um empreendimento de referência na área de transportes e de gestão ambiental no país. Em 2005, a Dersa, dentro da perspectiva de licenciamento ambiental do trecho Sul, integrou ações de comunicação para divulgar a AAE-Avaliação Ambiental Estratégica e o EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental e suas Complementações, disponibilizando consultas públicas à AAE e ao EIA/RIMA para atender às questões relativas ao traçado, desapropriações e reassentamento de populações.

2. Rodovias

SP 148 - Caminho do Mar

No ano de 2005 foram concluídas obras de contenção e drenagem no trecho da serra e, também, aquelas relativas à implantação de barreiras de concreto e de sinalização.

SP 070 - Ayrton Senna e Carvalho Pinto, SP 065 - D. Pedro I e SP 083 - Anel Viário José Roberto de Magalhães Teixeira

No sistema Ayrton Senna da Silva/Carvalho Pinto, D. Pedro I e Anel Viário José Roberto Magalhães Teixeira foram concluídas as seguintes intervenções:

- Obras e serviços para o restabelecimento de dispositivos de drenagem e correção de erosões em área lindeira, limpeza de bueiros, canais e corta-rios;
- Ampliação do revestimento vegetal e de cercas vivas;
- Implantação de infra-estrutura compreendendo cercamento perimétrico com alambrado, edificação de guarita de controle operacional e conformação e regularização da superfície de uma área a ser utilizada como pátio de apreensão de veículos no km 11,6 da Ayrton Senna;
- Melhoria dos elementos de segurança com a implantação de barreiras de concreto e defensas metálicas;
- Revitalização e implantação de sinalização horizontal e vertical, tachas e tachões refletivos e semipórticos;
- Melhoria dos sistemas eletro-eletrônicos nas redes de iluminação, sinalização luminosa, telefonia e radiocomunicação;
- Iluminação de passarelas;
- Estrutura metálica galvanizada para a cobertura da ampliação da praça de pedágio de Itatiba – km 110 da D. Pedro I;
- Fiscalização de veículos com cargas perigosas em conjunto com o IPEM e Polícia Militar Rodoviária com a finalidade de prevenir acidentes e impactos ambientais;
- Controle de excesso de peso de caminhões com fiscalização, balanças fixas e móveis e um posto de balança móvel no km 23-Norte da Rodovia D. Pedro I;
- Terceirização dos serviços de operação das balanças móvel e da remoção de veículos por guincho, elevando conferindo maior rapidez e aumento da frota, totalizando 16 guinchos leves, 3 guinchos pesados e 10 veículos para inspeção de tráfego e
- Monitoramento de ruído na SP 070 - Rodovia Governador Carvalho Pinto.

No ano de 2005 foi atingida a cifra de **803.510** atendimentos aos usuários nas rodovias da Dersa.

3. Travessias litorâneas e Porto Dersa São Sebastião

3.1. Balsas

No ano de 2005 houve a regularização da documentação das embarcações junto à Capitania e das licenças das estações fixas e móveis junto à ANATEL. Promoveu-se o Programa de Treinamento dos Funcionários Terceirizados e a revitalização da sinalização de orientação aos usuários. Muitas obras e melhorias foram realizadas no exercício em questão, merecendo destaque as seguintes:

Nas travessias entre Santos e Guarujá

- Reforma das embarcações FB Bacharel, 16, 17, 19 e lancha Paicará;
- Construção de nova praça de pedágio com 06 novas cabines (uma delas na Av. Ademar de Barros) e cobertura;
- Construção de novo centro de controle da praça de pedágio;
- Implantação do sistema SEM PARAR;
- Ampliação do bolsão de embarque;
- Reforma e ampliação do bolsão de embarque do lado Santos;
- Readequação da sinalização horizontal e vertical no bolsão de embarque do lado Santos;
- Construção do novo pedágio e reforma com ampliação do bolsão de embarque - lado Guarujá;
- Cobertura do acesso à estação de passageiros de Vicente de Carvalho e
- Serviços ambientais das obras realizadas nas travessias litorâneas.

Nas travessias Cananéia/Ilha Comprida e Travessia Iguape/Juréia

- Obras e serviços de construção do novo atracadouro na travessia Cananéia/Ilha Comprida – lado Ilha Comprida;
- Relocação do novo atracadouro na travessia Iguape/Juréia – lado Juréia;
- Pavimentação do acesso à área de embarque e construção de edifício de apoio e
- Implantação de cabine de cobrança, na travessia Iguape/Juréia – lado Juréia.

Na travessia São Sebastião/Ilhabela foi feita a docagem com melhorias na FB 02 e FB 18.

3.2. Porto de São Sebastião

No ano de 2005 foi concluído o PCA - Plano de Controle Ambiental para obtenção da Licença de Operação (L.O.) do porto atual, além da realização de obras gerais para a melhoria das instalações portuárias com destaque para as seguintes:

Implantação de avenidas de acesso exclusivo ao Porto

Execução da continuidade da avenida de acesso exclusivo ao Porto, por meio de serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem, serviços preliminares de proteção ao meio ambiente, iluminação e edificação da nova portaria.

Recuperação e restauração da avenida de contorno das instalações portuárias

A avenida que circunda as instalações portuárias serve também como acesso à travessia São Sebastião/Ilhabela, na qual foram executados serviços de implantação de nova pavimentação com peças intertravadas e de novo sistema de drenagem.

Novos armazéns

Preparo de plataforma para a conformação da superfície com serviços de terraplanagem e de drenagem, com a implantação de 3 novos galpões de armazenagem de cargas, com área total de 20.000 metros quadrados na plataforma e 6.000 metros quadrados de área útil de armazenagem de cargas.

Pavimentação e ampliação dos Pátios 1 e 3

Ampliação do Pátio 1 com mais 13.000 metros quadrados, recuperação do Pátio 3 com 11.000 metros quadrados, por meio de terraplanagem, execução de serviços de drenagem e pavimentação da área total com agregados pétreos e materiais betuminosos, além da implantação de cercas em concreto e alambrado com altura de 2,50 m. Com isso, o Porto passa a dispor de uma área total de 65.000 metros quadrados de pátios pavimentados, aumentando assim a capacidade de armazenagem simultânea de veículos para até 6.000 unidades.

A movimentação de cargas no exercício de 2005, incluindo o Cais Comercial e o Terminal Privativo, indica um valor em torno de 48 milhões de toneladas.

Deve-se considerar que, com o esforço em busca de novas cargas de exportação, com destaque para açúcar em sacas e caroço de algodão a granel, e o prosseguimento do programa de embarques de veículos, o Porto fechou o ano de 2005 com cerca de 30.000 unidades embarcadas à Argentina e Venezuela. Assim, a melhoria das instalações do Porto permitiu alcançar um *superávit* da balança comercial na ordem de US$ 140 milhões.

4. Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado de São Paulo e o Município de São Paulo

No ano de 2005 houve a assinatura do Protocolo de Intenções entre o Estado de São Paulo e o Município de São Paulo, com o objetivo de elaborar estudos para analisar a viabilidade e definir a modelagem de implantação de corredores viários de conexão com as principais rodovias estaduais. Foi assinado Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura do Município de São Paulo para execução das obras e serviços do Complexo Viário Jacu-Pêssego. O Convênio tem por objetivo viabilizar a execução das obras e serviços mediante a cooperação financeira dos partícipes, sendo a obra constituída de 2 trechos.

Também foi assinado o Convênio entre o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura do Município de São Paulo para execução das obras e serviços de restauro das Marginais Pinheiros e Tietê.

5. Comunicação, educação e marketing social da Dersa

Com a finalidade de reduzir acidentes de trânsito no ano de 2005, foram realizadas várias Campanhas Educativas em parceria com o DER nos períodos de maior movimento – como Carnaval, inverno e feriados –, com a distribuição de mais de 1.000.000 folhetos e colocação de faixas educativas de trânsito.

Houve a continuação da Campanha de Crianças Desaparecidas em conjunto com a ABCD - Associação Brasileira de Crianças Desaparecidas, com a divulgação de fotos de crianças desaparecidas no verso dos recibos de pedágio.

A Dersa teve importante participação na Campanha do Agasalho 2005, do Fundo de Solidariedade do Palácio do Governo, e a empresa participou dos programas Caravanas do Conhecimento – Interior na Praia e Caravanas do Conhecimento – Redescobrindo o Interior, instituído pelo Decreto 49.273, de 21 de dezembro de 2004.

No ano de 2005 muitas das atividades de comunicação foram dirigidas às ações de licenciamento ambiental e divulgação do trecho Sul do Rodoanel Mario Covas, da AAE - Avaliação Ambiental Estratégica, do EIA-RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório.

O Programa de Educação do Rodoanel Mario Covas teve continuidade junto às comunidades de Itapecerica da Serra, Monte Mor, Hortolândia, Embu e São Paulo (Itaim Paulista) atendendo a 15.000 pessoas, perfazendo um total de 436.464 atendimentos desde o início do Programa, em 1999.

6. PDDT - Plano Diretor de Desenvolvimento dos Transportes

Em 2005 foi desenvolvido o escopo, bem como criadas as condições para uma revisão do PDDT, agora com horizonte de planejamento para 20 anos (2005-2025). Um dos pontos de maior interesse da revisão é a sua nova visão logística que amplia, com propriedade, a abordagem tradicional, focada exclusivamente na função transporte. Esse redirecionamento procura atender à mudança da natureza das demandas do sistema produtivo privado, que se tornaram mais precisas e rigorosas. A globalização, a emergência de novos métodos de produção (como o *just-in-time*) e a exacerbação da concorrência colocaram exigências novas e inarredáveis, que implicam em mais segurança, redução de custos logísticos e confiabilidade de prazos nas cadeias de abastecimento e distribuição (*supply-chain*). Para as empresas de todos os setores da economia, estes requisitos passaram a representar condicionante básico para a competitividade.

7. Licitações para contratações de serviços e compras através de Pregão

No ano de 2005, foram realizados 45 pregões para a contratação de serviços tecnológicos e diversos itens de compras. A modalidade abrangeu galpões metálicos, embarcações, flutuantes, pontes de estrutura metálica, equipamentos de informática, veículos e demais materiais de consumo, com um volume total negociado no período de R$ 35,7 milhões. Comparados aos valores de mercado, cotados inicialmente em R$ 38,4 milhões, obtivemos um ganho médio de 7,2%, gerando uma economia de cerca de 2,8 milhões.

8. Outras atividades

8.1. Ouvidoria

De acordo com a Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999, que dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo, e com o Decreto nº 44.074, de 01 de julho de 1999, que criou a Ouvidoria em todos os órgãos públicos estaduais com o objetivo de proteger e defender os diretos do usuário nos serviços públicos prestados pelo Estado de São Paulo, temos a informar que durante o exercício de 2005 a Dersa manteve em pleno funcionamento a atividade de Ouvidoria.

8.2. Falecom

Criado em janeiro do ano de 2001, com o objetivo de prestar informações e esclarecimentos aos usuários do serviço Dersa, o canal de comunicação continuou disponível através do *site* da Dersa: www.dersa.sp.gov.br.

8.3. Auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM 381/03, a administração informa que os únicos serviços prestados durante o exercício de 2005, pelos nossos auditores, a KPMG Auditores Independentes, refere-se exclusivamente aos relacionados à auditoria de demonstrações financeiras.

9. Agradecimento

A Administração agradece aos acionistas, empregados e usuários em geral. Agradece, sobremaneira, ao Governo do Estado de São Paulo, cujo apoio foi decisivo para as realizações do período.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Em milhares de reais)

Ativo	**2005**	**2004**
Circulante		
Disponibilidades	10.820	9.908
Contas a receber	8.726	6.578
Impostos a recuperar	646	612
Adiantamentos a funcionários	1.347	1.283
Outros valores a receber	1.679	2.142
	23.218	20.523
Realizável a longo prazo		
Empréstimos compulsórios	881	812
Créditos com órgãos do governo	82.311	74.834
Depósitos judiciais	14.062	11.662
Outras contas a receber	1.555	852
	98.809	88.160
Permanente		
Investimentos	110	110
Imobilizado	3.431.694	3.587.106
	3.431.804	3.587.216
	3.553.831	3.695.899

Passivo	**2005**	**2004**
Circulante		
Fornecedores	159.552	152.644
Salários e férias a pagar	8.055	7.614
Impostos e contribuições a recolher	5.701	6.468
Outras contas a pagar	11.478	11.625
	184.786	178.351
Exigível a longo prazo		
Fornecedores	152.763	246.812
Provisão para contingências	512.792	507.288
Parcelamento de contribuições sociais	7.272	4.977
Convênio com o DER	128.500	137.587
Débitos com a Fazenda do Estado	383.230	365.898
Outras obrigações	265	236
	1.184.822	1.262.798
Patrimônio líquido		
Capital social	7.355.962	7.355.962
Reserva para aumento de capital	1.336.708	1.146.802
Prejuízos acumulados	(6.508.447)	(6.248.014)
	2.184.223	2.254.750
	3.553.831	3.695.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Em milhares de reais)

	2005	**2004**
Receita operacional bruta		
Arrecadação de pedágios	240.238	211.610
Multas e outras receitas	6.873	28.872
	247.111	240.482
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(9.103)	(10.830)
Receita operacional líquida	238.008	229.652
Custos dos serviços prestados	(300.334)	(267.258)
Prejuízo bruto	(62.326)	(37.606)
Despesas operacionais		
Pessoal	(70.479)	(68.390)
Gerais e administrativas	(41.227)	(41.890)
Honorários dos administradores	(758)	(745)
Manutenção	(3.596)	(2.562)
Depreciações e amortizações	(3.340)	(2.439)
Despesas financeiras	(66.762)	(79.740)
Outras despesas operacionais	-	(1.948)
Prejuízo operacional	(248.488)	(235.320)
Resultado não-operacional	(11.945)	(2.158)
Prejuízo do exercício	(260.433)	(237.478)
Prejuízo por lote de mil ações - R$	(0,05)	(0,04)
Quantidade por lote de mil ações ao final do exercício	5.678.418.830	5.678.418.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Em milhares de reais)

	Capital social	**Reserva para aumento de capital**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2004	7.355.962	1.012.012	(4.944.919)	3.423.055
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(1.065.617)	(1.065.617)
Recursos para aumento de capital	-	134.790	-	134.790
Prejuízo do exercício	-	-	(237.478)	(237.478)
Saldos em 31 de dezembro de 2004	7.355.962	1.146.802	(6.248.014)	2.254.750
Recursos para aumento de capital	-	189.906	-	189.906
Prejuízo do exercício	-	-	(260.433)	(260.433)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	7.355.962	1.336.708	(6.508.447)	2.184.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Em milhares de reais)

	2005	**2004**
Origens dos recursos		
Das operações		
Prejuízo do exercício	-	(237.478)
Itens que não afetam o capital circulante		
Depreciação e amortização	-	150.754
Provisão para contingências passivas	-	15.156
Juros sobre obrigações de longo prazo	-	20.959
Juros sobre o realizável a longo prazo	-	(44)
Valor residual de ativos permanentes baixados	-	2.572
Variações monetárias do exigível a longo prazo	-	54.918
Variações monetárias do realizável a longo prazo	-	(424)
Recursos originados das operações	-	6.413
De acionistas		
Recursos para aumento de capital	189.906	134.790
De terceiros		
Acréscimos do exigível a longo prazo	139	605
Redução do realizável a longo prazo	111	142.438
Total das origens de recursos	190.156	284.246
Aplicações dos recursos		
Das operações		
Prejuízo do exercício	260.433	-
Itens que não afetam o capital circulante		
Depreciação e amortização	(183.463)	-
Provisão para contingências passivas	(9.662)	-
Juros sobre obrigações de longo prazo	(22.295)	-
Juros sobre o realizável a longo prazo	47	-
Valor residual de ativos permanentes baixados	(6.523)	-
Variações monetárias do exigível a longo prazo	(35.063)	-
Variações monetárias do realizável a longo prazo	613	-
Aplicação de recursos das operações	4.087	-
Aquisições de bens do imobilizado	34.574	34.614
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	145.135	224.382
Depósitos judiciais	1.951	1.538
Recursos a receber - Convênio Rodoanel	5.606	88.403
Créditos com órgão do governo	1.777	544
Contas a receber de órgãos do governo	766	4.456
Total das aplicações de recursos	193.896	353.937
Redução do capital circulante líquido	(3.740)	(69.691)
Demonstração das variações no capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No fim do exercício	23.218	20.523
No início do exercício	20.523	91.112
	2.695	(70.589)
Passivo circulante		
No fim do exercício	184.786	178.351
No início do exercício	178.351	179.249
	6.435	(898)
	(3.740)	(69.691)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

Fundada em 6 de março de 1969, a Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A. é uma sociedade de economia mista com o objetivo da exploração, mediante concessão, do uso, construção, ampliação, melhoramento e conservação das rodovias e administração de travessias litorâneas sob sua jurisdição e exploração e administração portuária, terminais rodoviários e intermodais de cargas, mediante concessões do Governo do Estado de São Paulo.

Conforme seu estatuto social, a Companhia tem prazo de duração de 50 anos, a contar de 30 de dezembro de 1972, podendo ser prorrogado.

Atualmente a Companhia mantém, por regime de concessão do Governo do Estado de São Paulo, o complexo rodoviário Ayrton Senna/Carvalho Pinto, Dom Pedro I e Caminho do Mar, sendo a arrecadação de pedágios a sua principal fonte de receita. Os contratos de concessão de operação das rodovias possuem prazos diferenciados e predeterminados e, ao final, os bens deverão ser revertidos ao Poder Concedente, sem qualquer indenização. Ainda opera o sistema de travessias litorâneas (Litoral Centro, Sul e Norte) dentro do Estado de São Paulo e o terminal portuário de São Sebastião.

A Companhia ainda, na consecução de seus objetivos de prestação de serviços de utilidade pública, mediante convênio entre o Governo do Estado de São Paulo e a União Federal, está em processo de construção do Rodoanel Mario Covas, tendo até o momento construído o trecho Oeste, o qual mantém a operação e a conservação rodoviária.

Neste contexto, a Companhia recebeu do seu acionista majoritário, a Fazenda do Estado de São Paulo, os recursos para a cobertura dos dispêndios necessários aos investimentos realizados, bem como para a construção do Rodoanel Mario Covas, sendo:

	2005	**2004**
Investimentos em rodovias, travessias e porto – Aumento de capital (a)	189.906	134.790
Rodoanel Metroplitano Mario Covas – Convênio Dersa/Governo do Estado (b)	29.239	93.374
	219.145	**228.164**

(a) Destinado como reserva para aumento de capital.

(b) Vide nota 5.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

c. Ativo circulante e realizável a longo prazo

• Provisão para devedores duvidosos

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

• Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo

São apresentados pelo valor histórico, incluindo, quando aplicável, atualização monetária e provisão para realização.

Dersa

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ

DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.

CNPJ 62.464.904/0001-25
COMPANHIA ABERTA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

d. Permanente

• Investimentos
Os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

• Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 6 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, exceto as rodovias que são depreciadas pelos respectivos prazos de concessão.
Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado que é contabilizado separadamente, incluindo inspeções e vistorias, são contabilizados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

e. Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Reclassificações

Como forma de aprimoramento das práticas contábeis e melhor forma para a apresentação das demonstrações financeiras, ao exercício de 2004, a Companhia procedeu à reclassificação de parte das despesas operacionais para a linha de custo dos serviços prestados na demonstração do resultado do exercício.

3. Disponibilidades

	2005	2004
Caixa	8.166	7.933
Bancos conta movimento	159	112
Numerários em trânsito	2.495	1.863
	10.820	9.908

4. Contas a receber

	2005	2004
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	8.336	6.265
Visanet	325	243
Serviços prestados	65	61
Tejofran	-	9
	8.726	6.578

5. Créditos com órgãos do governo

A Companhia possui créditos com órgãos governamentais no valor de R$ 82.311 (R$ 74.834 em 2004), conforme segue:

	2005	2004
Rodoanel Metropolitano Mario Covas	78.107	72.358
Salários a recuperar	4.204	2.476
	82.311	74.834

Os valores registrados correspondem aos gastos para execução de obras, efetuados em regime de convênios com o Rodoanel Metropolitano Mario Covas (nota explicativa nº 11), bem como salários a recuperar, conforme o convênio com o DER (nota explicativa nº 9).

6. Imobilizado

	Prazo de depreciação (em anos)	2005 Custo corrigido	2005 Depreciação acumulada	2005 Líquido	2004 Líquido
Investimentos técnicos:					
a) Rodovia Carvalho Pinto	28	2.256.787	703.862	1.552.925	1.639.384
b) Rodovia Dom Pedro I	34	2.111.884	946.022	1.165.862	1.238.275
c) Rodovia Ayrton Senna	43	541.021	249.345	291.676	304.971
Edifícios	25	9.795	9.594	201	390
Móveis e utensílios	10	16.255	7.029	9.226	6.604
Máquinas e acessórios	10	373	336	37	47
Veículos	5	1.020	964	56	99
Aeronaves	5	2.532	2.532	-	-
Instalações	10	1.730	996	734	892
Computadores e periféricos	5	3.792	3.355	437	463
Embarcações	20	28.059	5.281	22.778	17.772
Atracadouros	30	7.317	1.851	5.466	5.269
Equipamentos de arrecadação	10	38	38	-	-
Dolfins	70	3.107	716	2.391	5.327
Edificações e sinalização	20	6.383	250	6.133	2
Reurbanização e terraplanagem	20	486	345	141	123
Imobilizações em andamento		7.876	-	7.876	15.199
Terrenos		32.330	-	32.330	32.330
Terrenos Rodoanel		333.425	-	333.425	319.959
		5.364.210	1.932.516	3.431.694	3.587.106

Com o objetivo de aprimorar suas práticas contábeis, a Companhia alterou durante o exercício de 2004 o critério contábil de apropriação da depreciação e amortização de suas rodovias. A depreciação e amortização desses ativos foram, até o exercício social de 2003, registrados em função da vida útil estimada destes ativos, todavia, como a operação destes ativos está condicionada aos prazos de concessão, que são inferiores à sua vida útil, a Companhia passou a adotar o prazo de concessão.
Como parte do processo de revisão do critério para a depreciação dos ativos técnicos, a Companhia procedeu no exercício de 2004 à reversão dos encargos de depreciação relativos à Rodovia Mario Covas (Rodoanel) dada a inexistência de um Decreto estabelecendo um prazo de concessão. Em decorrência da alteração desse procedimento, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2004 foi aumentado em R$ 3.482.

7. Fornecedores

a. Curto prazo

Está representado substancialmente por obrigações com empreiteiras decorrentes de construção, conservação e melhoramentos das estradas sob jurisdição da Companhia. Os valores foram estabelecidos por meio de medições com base nos preços contratuais e, posteriormente, reajustados monetariamente de acordo com o disposto no Decreto Estadual nº 27.137, de 26 de junho de 1987.
A dívida total com as empreiteiras pode ser demonstrada como segue:

	2005	2004
Obras do Rodoanel	4.179	2.143
Construtora Cowan	73.000	60.757
Cetenco Engenharia	29.245	30.000
Outras empreiteiras e fornecedores	53.127	59.744
	159.552	152.644

Em 3 de setembro de 2004 foi celebrado um acordo com a CETENCO Engenharia S.A. no qual foi estabelecido o montante da dívida da Companhia em R$ 66.752, que incluía o valor principal, a correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) e os juros moratórios de 0,5% ao mês. Esse acordo foi decorrente do Processo nº 877/94 em que se discutia a cobrança de correção monetária sobre atraso de pagamentos de faturas, por conta de contrato de obra da Ponte do Mar Pequeno.
Por este instrumento foi estabelecido que a dívida seria paga em 27 parcelas mensais e consecutivas, observados os seguintes critérios:

- Pagamento de 12 parcelas no valor fixo de R$ 2.500 cada uma, vencendo-se a primeira em 30 de setembro de 2004 e as demais nos meses consecutivos.
- Pagamento de 12 parcelas no valor individual obtido pela divisão do saldo remanescente da dívida por 15 parcelas remanescentes, acrescido de atualização pelo índice do TJSP até setembro de 2005.
- Considerando-se que as parcelas são fixas sobre o saldo devedor, inclusive sobre as 24 primeiras parcelas, incidirá atualização pelo índice do TJSP até setembro de 2006, que deverá ser paga em três parcelas.

Considerando-se que essa obrigação estava originalmente registrada na conta de Provisão para Contingências pelo valor de R$ 49.550, a Companhia registrou durante o exercício de 2004 uma provisão complementar de R$ 17.202, conseqüentemente, o passivo e o prejuízo do exercício foram reduzidos por este mesmo valor naquele exercício.

b. Longo prazo

Refere-se substancialmente à parcela de longo prazo da dívida com a Construtora COWAN (R$ 150.562), responsável pela construção das Rodovias Dom Pedro I e Carvalho Pinto. Por decisão judicial, o pagamento dessa dívida está sendo efetuado de acordo com o seguinte critério:

- **Processo nº 1021/95** - Pagamento de 30% da receita diária arrecadada nos postos de pedágio da rodovia Carvalho Pinto/Ayrton Senna, até atingir o montante de R$ 73.237, atualizado até o mês de abril de 2000. A partir desta data, o valor vem sendo corrigido à taxa de 6% ao ano acrescido de atualização pelo índice INPC.
- **Processo nº 1030/95** - Estabelece a penhora de 30% sobre toda e qualquer receita gerada pela Companhia, incluindo receitas de pedágio, receitas extraordinárias, cupons e outras, mediante depósito judicial diário. A atualização do saldo vem sendo corrigida à taxa de 6% ao ano acrescido de atualização pelo índice INPC.

O saldo inclui até 31 de dezembro de 2004 as parcelas de longo prazo do acordo firmado entre a Companhia e a CETENCO Engenharia S.A. no montante de R$ 28.536.

8. Provisão para contingências

A Companhia é parte integrante de ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis, comerciais e outros assuntos.
A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerada suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso, como segue:

	2005 Provisão	2005 Depósito judicial	2004 Provisão	2004 Depósito judicial
Trabalhistas	25.707	10.246	22.610	8.173
Tributárias e previdenciárias	62.931	786	55.450	538
Comerciais				
Desapropriações	36.961	893	28.324	814
Fornecedores	2.137	2.137	2.137	2.137
Contratos de empreiteiras	284.764	-	291.003	-
Medições	33.027	-	36.883	-
Atualização monetária sobre contratos de empreiteiras	67.265	-	70.881	-
	512.792	14.062	507.288	11.662

As contingências de desapropriações referem-se às demandas judiciais para a discussão dos valores das indenizações pagas nos processos de desapropriação de terrenos para a construção de rodovias. Processos já julgados, cujos valores já foram definidos por sentença judicial, estão contabilizados pelo valor real a pagar, acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Para os processos pendentes de julgamento final, a Administração utilizou-se da estimativa dos valores, com base em estudo técnico e histórico dos valores indenizados.
As contingências com empreiteiras incluem, substancialmente, as discussões judiciais sobre atualização e correção monetária decorrentes da perda do equilíbrio financeiro dos contratos ocorrido durante o Plano Real.
A Companhia possui outras contingências passivas, cuja probabilidade de perda é possível na opinião dos assessores jurídicos, envolvendo questões tributárias (R$ 142.093), comerciais e cíveis (R$ 508.854) totalizando o montante de R$ 650.947, portanto nenhuma provisão para perdas foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

9. Convênio com o DER

Encontro de contas com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER)

Como parte do processo de renegociação de suas obrigações, a Companhia e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER) celebraram em 19 de julho de 2004 um Termo de Reconhecimento e Parcelamento e Outras Avenças, objetivando o encontro de contas e a liquidação do saldo remanescente.
Neste instrumento, a Companhia reconheceu uma dívida de R$ 178.441 contra o DER decorrente da venda de cupons pedágio e uma dívida de R$ 3.790 contra a Companhia decorrente de comissionamentos. O Acordo previa que o saldo líquido de R$ 174.652 deveria ser amortizado parcialmente nos próximos doze meses com o valor dos comissionamentos ou até a edição do Decreto autorizando a concessão à iniciativa privada do Sistema Trabalhadores, o que ocorrer primeiro. Ocorrendo a privatização dessas rodovias, a Companhia passaria a ser credora do DER em função do reembolso do saldo residual dos ativos não depreciados ser superior ao valor da sua dívida contra o DER. Esgotando-se o prazo de doze meses e não ocorrendo a privatização, o Termo previa que as partes efetuariam uma nova renegociação para o saldo remanescente.
Em decorrência desse acordo, a Companhia procedeu durante o exercício de 2004 à baixa de R$ 18.007 a crédito do resultado como outras receitas operacionais. Esse ajuste foi efetuado considerando-se que o valor das obrigações registradas na Companhia era superior ao montante declarado pelo DER no Termo de Reconhecimento e Parcelamento e Outras Avenças.
Em 19 de julho de 2005, foi firmado o 1º Termo Aditivo de Reti-Ratificação ao Termo de Reconhecimento e Parcelamento e Outras Avenças, onde o referido Termo terá vigência até a amortização total da dívida, ou até a transferência do Sistema Trabalhadores à iniciativa privada, consoante estabelece o art. 5º do Decreto Estadual nº 49.444, de 03 de março de 2005.

10. Débitos com a Fazenda do Estado

O Decreto Estadual nº 40.366, de 09 de outubro de 1995 (Concessão Ligação Campinas/Sorocaba) revogou a concessão vigente à Companhia e determinou que os direitos e as obrigações da Companhia, decorrentes da concessão revogada, teriam continuidade até a transferência ao novo concessionário.
De acordo com o contrato de concessão, a Companhia teria o direito de explorar as rodovias por mais 20 anos, aproximadamente, bem como teria direito a receber indenização, devida pelo DER, em caso de encampação dos serviços antes dos prazos de vigência das concessões.
Após diversas tratativas entre Companhia e diversos órgãos do Estado, e com base em estudos elaborados por consultores externos, definiu-se que a indenização deveria ser efetuada pelo valor dos ativos ainda não depreciados.
Em 2 de março de 2000, foi entregue à iniciativa privada a Rodovia SP 075 (Campinas/Sorocaba) - Lote 13, e a Companhia já autorizada pela Fazenda do Estado de São Paulo compensou o valor de R$ 551.936, referente à indenização pela revogação antecipada da concessão à Companhia, com os débitos existentes com esse órgão.
O saldo remanescente atualizado em 31 de dezembro de 2005 perfaz o montante de R$ 383.230 junto à Fazenda do Estado de São Paulo.

11. Rodoanel

A Portaria Intergovernamental nº 3, em 12 de janeiro de 1998, designa a Companhia como agente-executor do empreendimento Rodoanel. Na mesma data, foi firmado o Protocolo de Intenções celebrado pela União, pelo Estado de São Paulo e pelo Município de São Paulo, com o objetivo de viabilizar a consecução da obra. A União e o Estado de São Paulo firmaram, em 30 de abril de 1999, o Convênio nº 4/99 cujo objeto está no apoio financeiro do Ministério dos Transportes ao Estado de São Paulo para consecução do projeto, obras e serviços necessários à implantação do Rodoanel.
À Companhia, consoante o convênio, coube promover a execução das obras do Rodoanel, coordenar, fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos de obras e projetos do Rodoanel, efetuar os pagamentos decorrentes da execução do Convênio, aplicar os recursos financeiros repassados pelo Ministério e pela Secretaria, apresentar ao Ministério e à Secretaria o demonstrativo da correta aplicação dos recursos, entre outras atividades.
Os recursos recebidos do Governo Federal e Estadual para implementação do projeto relativo às obras estão registrados contabilmente em contas patrimoniais e apresentados pelo valor líquido no ativo circulante, já que a Companhia apenas administra estes recursos.
De acordo com o Convênio ST-001/2001 entre a Companhia e a Secretaria dos Transportes do Estado de São Paulo, firmado em 26 de outubro de 2001, os valores recebidos do Governo Estadual para cobrir os gastos relativos às desapropriações estão sendo registrados como reserva para aumento de capital, e os gastos diretos e administrativos incorridos pela Companhia na execução e gestão do projeto são reembolsados pelo Estado de São Paulo, sendo contabilmente tratados como recuperação de despesas.

12. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado, conforme Assembléia Geral Ordinária, realizada em 23 de abril de 2003, é de R$ 10.500.000. Em 31 de dezembro de 2005, o capital social, subscrito e integralizado, é de R$ 7.355.962, correspondente a 5.678.418.829.834 ações ordinárias sem valor nominal.

b. Ajustes de exercícios anteriores

No exercício de 2004, a Companhia procedeu aos seguintes ajustes:

	R$
Depreciação de rodovias (nota explicativa nº 6)	1.038.290
Reversão de depreciação do Rodoanel (nota explicativa nº 6)	(3.482)
Porto de São Sebastião (b.1)	16.164
Contas a receber da Secretaria dos Transportes (b.2)	8.877
Outros ajustes	5.768
	1.065.617

(b.1) Porto de São Sebastião - Refere-se ao prejuízo operacional das atividades do Porto de Sebastião, apurado no período de 1989 a março de 2004. Considerando-se que o convênio firmado entre o Departamento Hidroviário da Secretaria dos Transportes e a Companhia não estabelecia ressarcimento dos déficits operacionais, foi efetuada pela Administração a baixa integral do saldo registrado na contabilidade.

(b.2) Contas a receber da Secretaria dos Transportes - Refere-se à baixa dos valores registrados na contabilidade relativos aos valores a receber decorrente de funcionários comissionados. Considerando-se que o acordo celebrado entre as partes não previa o reembolso dos valores, a Administração procedeu à baixa integral dos valores contabilizados.

13. Instrumentos financeiros

a. Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

b. Débitos com a Fazenda do Estado e créditos com órgão do Governo

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado e se tratam de operações controladas e coligadas.

c. Tributos a recuperar

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado.
A Companhia não possui e não efetuou durante o exercício operações envolvendo instrumentos derivativos.

14. Resultado não-operacional

Refere-se substancialmente ao déficit das atividades do Porto de São Sebastião (R$ 12.920) durante o exercício de 2005, considerando-se que o convênio celebrado com o Departamento Hidroviário da Secretaria dos Transportes não estabelece ressarcimento desse déficit.

15. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

16. Avais, fianças e garantias

A Companhia prestou garantias aos seus credores, cujos montantes em 31 de dezembro de 2005 eram de R$ 32.388 conforme segue:

Edificações	21.110	Garantias trabalhistas, tributárias e previdenciárias.
Terrenos	11.278	Garantias tributárias.

Conforme comentado na nota explicativa nº 7b, conforme decisão judicial, parte substancial da receita da Companhia está comprometida para o pagamento da dívida com a Construtora Cowan.

17. Concessão de rodovias à iniciativa privada

Dando continuidade ao Programa Estadual de Desestatização (PED), em 3 de março de 2005, foi publicado o Decreto Estadual nº 49.444, autorizando a implementação do Projeto de Desestatização referente à concessão onerosa e/ou patrocinada dos serviços públicos de exploração da infra-estrutura de transportes que compõe o corredor de exportação Campinas/Vale do Paraíba/Litoral Norte, abrangendo:

a. SP-19 - Rodovia Hélio Schmidt, do Km 0 ao Km 2+400, acesso ao Aeroporto de Guarulhos/Cumbica;
b. SP-53 - Interligação SP-70/Br-116, Rodovia Governador Carvalho Pinto - Via Dutra, no Município de Guararema;
c. SP-65 - Rodovia Dom Pedro I, do Km 0, no Município de Jacareí, ao Km 145+500, no Município de Campinas;
d. SP-70 - Rodovia Ayrton Senna da Silva, do Km 11+191, no município de São Paulo, ao Km 60+520, no Município de Guararema;
e. SP-70 - Rodovia Governador Carvalho Pinto, do Km 60+520, no Município de Guararema, ao Km 130+400, no Município de Taubaté;
f. SP-70/SP-56 - Interligação Itaquaquecetuba, do Km 0 ao Km 0+878, acesso a Itaquaquecetuba;
g. SP-70/SP-66 - Interligação Guararema, do Km 0 ao Km 1+400, da Rodovia Governador Carvalho Pinto/SP-66, no Município de Guararema;
h. SP-83 - Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira, do Km 0 ao Km 12+100, Anel Viário de Campinas - SP-65/SP-330.

A efetivação do processo de privatização requer o desenvolvimento e conclusão da modelagem financeira e do planejamento estratégico visando renegociação das dívidas, recomposição e viabilidade financeira, entre outros aspectos essenciais para o sucesso do projeto de desestatização. Dada a natureza do projeto e a necessidade de cumprir diversas etapas envolvidas, estima-se que o processo seja concluído em torno de um ano. Conseqüentemente, o Decreto supracitado, datado de 03 de março de 2005, constitui-se em uma autorização para dar início ao projeto de privatização.

18. Convênio com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos (PMSJC)

Refere-se ao convênio celebrado em 19 de dezembro de 2005 com o objetivo de executar obras localizadas na ligação entre as Rodovias Presidente Dutra e Governador Carvalho Pinto. Por esse instrumento, a Companhia será responsável pela elaboração do projeto, execução, administração e fiscalização de todas as etapas das obras, e a Prefeitura de São José dos Campos pelos estudos ambientais e pela desapropriação de áreas necessárias, entre outras obrigações. Para a execução do projeto, foi estabelecida a co-participação nos custos da obra, sendo R$ 40.032 a parcela pertinente à Companhia e R$ 11.000 à PMSJC (não incluindo os custos específicos para as desapropriações).
Os recursos financeiros a receber da PMSJC serão recebidos em 11 parcelas mensais e iguais no valor de R$ 1.000, no período compreendido entre dezembro de 2005 e outubro de 2006.

19. Convênio Complexo Viário Jacu-Pêssego

Refere-se ao convênio celebrado em 29 de dezembro de 2005 entre a Companhia, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a Secretaria de Infra-estrutura Urbana e Obras do Município de São Paulo (SIURB) e a Empresa Municipal de Urbanização, com o objetivo de viabilizar a execução de obras e serviços do Complexo Viário Jacu-Pêssego e a implantação de corredores viários de conexão com as principais rodovias estaduais.
Por esse instrumento, o Governo do Estado de São Paulo, por si ou por intermédio da Companhia, será responsável pela execução, pelo acompanhamento e pela fiscalização das obras e dos serviços mobilizando o pessoal necessário e tomando todas as providências necessárias para operacionalizar o projeto.
O valor estimado do convênio é de R$ 230.000, sendo R$ 100.000 de responsabilidade da Prefeitura do Município de São Paulo nos anos de 2005 e 2006 e R$ 130.000 do Governo de São Paulo, nos anos de 2005 a 2007. Os recursos a serem recebidos pela Companhia serão repassados por intermédio do DER.
O prazo de vigência do convênio é de 30 meses, contado a partir de 29 de dezembro de 2005, podendo ser prorrogado.

20. Convênio de restauração das marginais Pinheiros e Tietê

Refere-se ao convênio celebrado em 29 de dezembro de 2005 entre a Companhia, o Departamento de Estradas de Rodagens (DER), a Secretaria de Infra-estrutura Urbana e Obras do Município de São Paulo (SIURB) e Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras.
O Convênio tem por objetivo viabilizar a execução das obras e dos serviços de restaurações nas Marginais Pinheiros e Tietê, que fazem intersecções com as rodovias estaduais que ligam ao Porto de Santos.
Por esse instrumento, a Companhia, será responsável pela execução, pelo acompanhamento e pela fiscalização das obras e dos serviços mobilizando o pessoal necessário e tomando todas as providências necessárias para operacionalizar o projeto.
O valor estimado do convênio é de R$ 30.000 sendo de responsabilidade do Estado de São Paulo no ano de 2006.
Os recursos a serem recebidos pela Companhia serão repassados por intermédio do DER.
O prazo de vigência do convênio é de 10 meses, contado a partir de 29 de dezembro de 2005, podendo ser prorrogado.

21. Evento subseqüente

Rodoanel

Em 24 de fevereiro de 2006, o CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente concedeu a licença prévia para o Trecho Sul do Rodoanel Mario Covas.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A., levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A. em 31 de dezembro de 2005 e 2004, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que pressupõem a sua continuidade operacional. A Companhia tem apresentado prejuízos operacionais recorrentes e capital de giro negativo. Ainda, conforme comentado na nota explicativa nº 16, o Decreto nº 49.444, de 3 de março de 2005, emitido pelo Governo do Estado de São Paulo e Secretaria dos Transportes autorizou a implementação do Projeto de Desestatização referente à concessão dos serviços públicos de exploração da infra-estrutura de transportes que abrangem os complexos rodoviários administrados pela Companhia. Conseqüentemente, a manutenção das atividades da Companhia e a liquidação de suas obrigações dependem do aporte de recursos financeiros de seu acionista controlador, da geração de novas receitas e a renegociação da dívida com os seus credores, até o momento em que as suas operações produzam recursos suficientes para a recomposição de sua situação financeira. As demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2005 e 2004, não contemplam nenhum ajuste relativo à recuperação dos ativos da Companhia ou a liquidação de seus passivos em decorrência dessa incerteza.

24 de fevereiro de 2006.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No exercício da competência que lhe atribui o artigo 163 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, os signatários, membros do Conselho Fiscal da Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A., considerando que durante o transcurso das reuniões ordinárias realizadas em 2005, o Colegiado examinou e analisou os balancetes mensais e demonstrativos financeiros elaborados pela Empresa, assim como os dados, informações e esclarecimentos relacionados com os atos de gestão praticados por sua Diretoria, com fundamento nos resultados expressos no Balanço Geral da Sociedade e nas demais peças que o acompanham, inclusive no Relatório da Diretoria e, sobretudo no que se contém no pronunciamento dos Auditores Independentes, são de parecer que o Balanço Geral e seus anexos, relativos ao exercício de 2005, estão em condições de serem submetidos à aprovação da Assembléia Geral de Acionistas da Sociedade.

São Paulo, 16 de março de 2006.

MARIO DOURADO BATISTA
MARINA LICA ONISHI
MARIA LIGIA MEDICI
SANDRA MARIA GIANNELLA
REGIANE BRAZ AZEVEDO DE SOUZA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S.A., tendo examinado as Demonstrações Financeiras e o Balanço Geral aprovados pela Diretoria em reunião realizada em 14 de março de 2006, referentes ao exercício de 2005, e louvando-se no certificado pelos Auditores Independentes e, bem assim, pelo Conselho Fiscal, são de parecer que as referidas peças estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas da Sociedade.

São Paulo, 17 de março de 2006.

DARIO RAIS LOPES
Presidente

FERNANDO CARVALHO BRAGA
Vice-Presidente

FERNANDO MAIDA DALL'ÁCQUA
EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO
JURANDIR FERNANDO RIBEIRO FERNANDES
CLAURY SANTOS ALVES DA SILVA

DIRETORIA

Dario Rais Lopes
Diretor Presidente

Hamilton de França Leite
Diretor

Mario Rodrigues Júnior
Diretor

Luis Carlos Godas
Diretor

Luiz Antonio Tavolaro
Diretor

Paulo Vieira de Souza
Diretor

Contador
Wilson Luiz Fascina
CRC 1SP192394/O-1

Dersa

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ